

Aberração da Aberração: Wilson Pinto Junior e DEE aprovam comissão de "autosindicância" para apurar o caso Hogan Lovells!

A Diretoria Executiva da Eletrobras no Relatório nº PR-208 de 04/06/2018, relatado pelo presidente Wilson Pinto Junior, aprovou a criação de uma comissão interna para apurar responsabilidades pela realização de serviços sem a devida cobertura contratual, no âmbito da investigação independente, conforme apontamentos feitos pela CGU. Contrataram a Hogan Lovells para investigar eventuais desvios e malfeitos.

Para a realização da referida sindicância foram designados empregados das Diretorias de Transmissão, de Administração e de Conformidade. Confiram [aqui](#) o conteúdo da RES-409/2018.

Passados 43 dias da criação da comissão, em 16/07, o presidente Wilson Pinto Junior propôs a Reestruturação da Comissão de Sindicância, pedindo a substituição dos indicados por novos componentes: todos da Diretoria de Conformidade! O que foi aprovado na RES-505/2018 (veja [aqui](#)).

Com tal medida, o presidente Wilson Pinto Junior e sua indicada Maria Lucia Casasanta, Diretora de Conformidade, passaram a controlar 100% da Comissão de Sindicância.

Vale lembrar que a Hogan Lovells trabalhou o tempo todo com a Diretoria de Conformidade e possivelmente, em interações com os novos indicados.

De fato, a área objeto da sindicância não pode participar da comissão, ela deve responder aos questionamentos, prestar as informações e entregar cópias de documentos, nada mais que isso. A análise e as conclusões não podem sofrer qualquer ingerência da área sob sindicância.

Falando em apuração de responsabilidades em processos de contratações, pedimos que a Diretoria Executiva da Eletrobras se antecipe à CGU e aprove a criação de Comissões de Sindicâncias, dessa vez, sérias e imparciais, para a apuração de responsabilidades pelas contratações sem licitação das empresas: Roland Berger, da RP Brasil Comunicações do grupo FSB, da Kienbaum RH, do BTG Pactual e da GAD Arquitetura (a do prédio novo), efetuadas na gestão de Wilson Pinto Junior.

O contrato da RP Brasil Comunicações do grupo FSB foi denunciado à imprensa e suspenso por decisão do juiz da 5ª Vara Federal de Belém/PA em julho de 2018. Neste caso, os trabalhos de apuração de responsabilidades estarão facilitados a partir dos autos e da decisão da Eletrobras em rescindir a contratação.

Definitivamente, os fatos demonstram o quanto a seriedade da atual gestão é questionável e comprovam que a Diretoria de Compliance não tem compromisso com a conformidade, mas com a subserviência. É leniente diante de assuntos graves e lesivos à Eletrobras colocando em dúvida a razão de sua existência.

Compartilhem este informe com os colegas!

Juntos somos muito mais fortes!

ASSOCIE-SE A AEEL (clique aqui) OU AO SINDICATO DE CLASSE (links nas logos abaixo)

A Diretoria, em 3 de setembro de 2018.

Associação dos Empregados da Eletrobras - AEEL

